

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

1º a 5 de abril de 2024

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Proteção de Dados

➤ **ANPD participa de encontro da Rede Iberoamericana de Proteção de Dados.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) participou de evento internacional sobre proteção de dados e regulação da inteligência artificial, realizado nesta semana no Peru. O Encontro dos Grupos de Trabalho da Rede Iberoamericana de Proteção de Dados (RIPD) reuniu autoridades e membros da sociedade civil para discutir temas como Chat GPT, violência digital, saúde digital, neurodados e *worldcoin*. Na ocasião, o diretor-presidente da ANPD, **Waldemar Gonçalves**, e servidora **Taís Arruda** ofereceram pontos de vista da ANPD e acompanharam mesa sobre uso de cláusulas contratuais padrão na transferência de dados.

- » O evento também contou com a conferência internacional que tratou sobre a proteção de dados pessoais diante dos desafios contemporâneos, onde Gonçalves apresentou o processo de normatização da ANPD e destacou a ampla participação social. Dentre os temas abordados, a regulação da inteligência artificial foi destacada como essencial, com a ANPD atuando como autoridade central no assunto devido ao envolvimento de dados pessoais. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)

- **Governo paralisa Conselho de Proteção de Dados e enfraquece ANPD.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) enfrenta obstáculos devido à falta de estrutura adequada para cumprir sua missão de aplicar a legislação de forma transversal, incluindo o setor público e a sociedade como um todo. Foi destacado pelo advogado e especialista em direito digital, Fabricio da Mota Alves, a preocupação com a paralisação do Conselho Nacional de Proteção de Dados, que desempenha papel crucial na representatividade multissetorial em um assunto tão inovador como a proteção de dados. Alves defende a convocação de reuniões informais do Conselho como forma de pressionar por indicações, visto que a última reunião foi em dezembro de 2022. Além disso, considera injusta a fiscalização da ANPD, que tem sido focada em órgãos públicos, apontando a necessidade de um apoio educativo do regulador, especialmente para o setor público que enfrenta complexas dificuldades para cumprir as legislações pertinentes. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa projeto que disciplina e regula o acesso a informações sobre controladores de empresas.** O deputado **Vitor Lippi** (PSDB/SP) apresentou parecer pela rejeição do [PL 77/2019](#) (*acesso a informações sobre controladores de empresas*) e apensado na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). A matéria está pronta para ser incluída na pauta da próxima reunião deliberativa da Comissão. Após apreciação da CDE, a matéria será analisada pelas Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovada, seguirá para deliberação do Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.

Segurança Cibernética

- **Gestão orienta órgãos sobre contratação e uso de serviços de computação em nuvem.** Evento em Brasília reuniu gestores do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) para discutir estratégias para utilização da Computação em Nuvem. Com participação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), a reunião teve como objetivo orientar cerca de 250 órgãos do Poder Executivo Federal sobre o uso da tecnologia. Dados de autodiagnóstico apresentados mostram que vários órgãos ainda não possuem soluções de nuvem contratadas, enquanto outros fazem uso de diferentes serviços complementares. A discussão também abordou a criação de uma Infraestrutura Nacional de Dados (IND) para possibilitar o compartilhamento de informações entre os órgãos públicos.
 - » A [Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023](#) traz o conceito de nuvem de governo, que demonstra a importância acerca da localidade em que os dados estão hospedados, visando garantir a proteção a dados críticos de governo e proteção da soberania dos dados. As discussões mencionaram ainda a importância do uso de Nuvem Soberana para garantir a autonomia operacional e proteção de dados contra controle de atores externos. Com informações de: [ASCOM Dataprev](#)
- **Serpro entrega nuvem soberana do governo até outubro.** O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) promete lançar até outubro de 2024 uma nuvem soberana, com a finalidade de garantir que as informações em posse de órgãos governamentais estejam

em total poder dos órgãos de Estado. De acordo com o presidente do Serpro, **Alexandre Amorim**, a empresa será a única no hemisfério sul a oferecer uma nuvem 100% soberana, com soluções para receber e controlar dados. A promessa é de que a nuvem soberana garantirá a proteção e o tratamento adequado das informações da população brasileira e dos dados governamentais, estando totalmente controlada pelo Serpro, em ambiente localizado em São Paulo e Brasília. A iniciativa segue a orientação do governo federal para que os órgãos públicos concentrem dados nas estruturas das empresas estatais de TI. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Governo vai concentrar dados críticos em Dataprev e Serpro.** As estatais Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) ganharam destaque no governo após reunião do Ministério da Gestão e da Inovação de Serviços Públicos (MGI), na qual foi decidido que ao migrar para a nuvem, as áreas de TI da Administração Pública Direta devem considerar a concentração de dados críticos nos birôs do Serpro ou Dataprev. Essa orientação, que pegou o segmento privado de surpresa, **não** significa que as soluções de mercado deixarão de ser utilizadas, e sim a centralização do diálogo com fornecedores privados nessas empresas. No evento TechGov, promovido pela Network, os presidentes das duas empresas afirmaram que a disponibilização de dados para os Estados Unidos é 10 vezes maior do que em qualquer outro lugar do planeta, o que destaca a importância de organizar a estrutura de dados, pois isso representa o acesso ao insumo básico. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

- **Vai à promulgação Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul.** O Plenário do Senado Federal aprovou o PDL 929/2021 (Certificados de Assinatura Digital no Mercosul), na forma do parecer do senador **Humberto Costa** (PT/PE). A matéria vai à promulgação.

Propriedade Intelectual

- **Senacon participa de Grupo de Trabalho que debate pirataria digital e cibercrime.** Representantes do governo brasileiro participaram da 2ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Pirataria Digital do Hemisfério Ocidental, em Londres, com o objetivo de trocar experiências e boas práticas no combate à pirataria digital, fraudes eletrônicas e redes criminosas que atuam com criptomoedas. Segundo o secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Crimes contra a Propriedade Intelectual (CNCP), **Andrey Corrêa**, a participação no encontro permitiu o intercâmbio de modos de atuação e de casos de sucesso entre os países. Durante o evento, foram realizadas análises de casos, planejamento de operações futuras e proferidas palestras por importantes organizações internacionais. Com informações de: [ASCOM MJSP](#)

Inteligência Artificial

- **Direito Digital: Comissão de Juristas aprova Capítulo sobre Direito Digital no Código Civil.** Foi aprovado o relatório parcial referente ao Direito Digital no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela atualização do Código Civil Brasileiro ([Lei 10.406/02](#)). A expectativa é

que o [relatório final](#), que contempla 10 capítulos apresentados pelas Subcomissões, seja aprovado ainda nesta sexta (5). Destaca-se que o texto final ainda passará por ajustes de redação, antes de ser entregue aos parlamentares. Na sequência, os textos devem ser formalizados como um projeto de lei de autoria do presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), para início de tramitação perante as Comissões do Senado. O relatório referente à inclusão de direito digital na lei foi um dos mais consensuados, com poucas alterações ao texto proposto inicialmente, com o destaque para as seguintes **modificações**:

- » Inclusão de desenvolvimento científico e tecnológico e transparência algorítmica dentre os fundamentos do Direito Civil Digital;
 - » Acrescenta dispositivo sobre neurodireitos, proteção que visa a preservar a privacidade mental, a identidade pessoal, o livre arbítrio, o acesso justo à ampliação ou melhoria cerebral, a integridade mental e a proteção contra vieses, das pessoas naturais, a partir da utilização de neurotecnologias. Nesse sentido, garante o direito à liberdade cognitiva, privacidade mental, integridade mental, continuidade da identidade pessoal e acesso a tecnologias de aprimoramento ou extensão das capacidades cognitivas. Ademais, determina que são parte indissociável da personalidade e recebem a mesma proteção, não podendo ser transmitidos, renunciados ou limitados; e
 - » Suprime o termo responsabilidade objetiva dentre os deveres dos provedores e usuários do ambiente digital.
- **Baigorri defende regulação de IA com foco em riscos e oportunidades.** A regulamentação da Inteligência Artificial (IA) no Brasil foi o tema central da palestra do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Baigorri**, durante o *Wireless Technology Summit* (WTS) 2024. Baigorri destacou a necessidade de uma regulamentação que leve em conta tanto os riscos quanto as oportunidades de negócio que a tecnologia pode gerar para as empresas brasileiras. Ele ressaltou o potencial do Brasil como polo de soluções em língua portuguesa, que poderia habilitar o uso das aplicações em outros países falantes do mesmo idioma. Além disso, o presidente da Anatel ênfaticamente destacou a necessidade de um ambiente regulatório para o desenvolvimento da IA, destacando a ausência de regras para a tecnologia no país. Além disso, destacou a importância do próximo leilão de espectro, que deve ocorrer entre o fim de 2025 e o início de 2026, para ampliar a viabilidade das novas tecnologias no Brasil. Ele ainda ressaltou a importância da expansão da fibra óptica e do 5G para suportar tecnologias emergentes, como a IA e a realidade virtual, e mencionou a necessidade de aumentar a quantidade de data centers no Brasil. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **TCU é única instituição com uso avançado de inteligência artificial generativa, segundo a OCDE.** O Tribunal de Contas da União (TCU) foi reconhecido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) como uma das principais instituições no uso de inteligência artificial (IA). O órgão se destacou pelo avançado estágio de desenvolvimento do ChatTCU, uma ferramenta baseada em IA generativa que tem revolucionado os processos internos e fortalecido a atuação no controle externo. Segundo a análise da OCDE, o ChatTCU umenta a eficiência dos auditores na coleta e revisão de documentações, sendo considerado um exemplo de aplicação de IA generativa que pode ser adotado por diferentes organizações em diversos países. Além disso, o relatório ressalta que o TCU tem adotado uma abordagem multidisciplinar para avaliar os riscos e oportunidades do

uso da IA generativa, envolvendo representantes de diversas áreas e investindo em treinamento e conscientização para que a equipe utilize efetivamente essas tecnologias. Com informações de: [ASCOM TCU](#)

- **TCU analisa que PLs em tramitação trazem riscos à Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.** O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou possíveis ameaças para a implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (IA) devido a projetos de regulação discutidos no Congresso Nacional, que podem afetar tanto o setor público quanto o privado. De acordo com a auditoria realizada, foram identificados 9 riscos que podem impactar a capacidade de inovação das empresas e do setor público no país, resultando em consequências negativas para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do Brasil. Entre os riscos destacados estão a dependência de importação de tecnologia, barreiras para *startups* e empresas menores, perda de competitividade no comércio exterior, dificuldades no desenvolvimento da IA devido a direitos autorais incompatíveis com a nova realidade, e obstáculos na transformação digital do Estado e na disponibilidade de serviços públicos. Além disso, o TCU ressalta a importância de equilibrar a proteção de direitos e o estímulo à inovação, alertando que a regulação precoce pode resultar em graves impactos em diversas áreas. A análise também considerou as iniciativas de regulação da União Europeia, dos Estados Unidos e do Reino Unido em relação à IA. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Tribunais de contas conhecem experiência do TCU com inteligência artificial.** O Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para tratar do uso de inteligência artificial nas organizações. Durante a reunião técnica, foi discutido o projeto de implementação de IA na instituição, que contará com a participação de representantes do TCU. O principal foco do encontro foi a utilização do ChatTCU, ferramenta em funcionamento no Tribunal desde fevereiro de 2023, e a intenção de expandir o uso de plataformas de IA aos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). Além disso, foram apresentados durante o encontro os avanços e tendências futuras no uso de IA, com palestras do diretor nacional de tecnologia da Microsoft e de um professor especializado no tema. Com informações de: [ASCOM TCU](#)

Transformação Digital

- **Setor de telecom deve começar a testar debêntures de infraestrutura.** Com as novas regras para emissões de debêntures incentivadas e de infraestrutura, as empresas de telecomunicações se preparam para testar as diferentes opções e entender qual delas é a mais vantajosa. As debêntures incentivadas proporcionam isenção de impostos sobre os rendimentos dos investidores, enquanto as debêntures de infraestrutura oferecem benefícios fiscais para as empresas emissoras. Essa mudança tem como **objetivo** atrair novos perfis de investidores, como fundos de pensão e fundos governamentais, e deve resultar em emissões com juros mais altos. Com a assinatura do novo [decreto](#) regulamentador, as empresas devem analisar qual opção se adequa melhor a seus interesses, sendo que as empresas com projetos operantes devem testar a nova debênture de forma mais imediata. A eliminação de burocracias também vai abrir caminho para que as empresas captem debêntures incentivadas sem a

necessidade de aprovação dos ministérios, mas novas portarias ministeriais devem regulamentar esse processo. Com informações de: [Teletime](#)

Educação

- **Conselho do Fust aprova edital para conexão de escolas.** O Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) aprovou, em reunião realizada nesta quinta-feira (4), o primeiro edital para projetos de conectividade em escolas com recursos não reembolsáveis do Fundo. O edital prevê a aquisição de solução completa de conectividade, implantação, manutenção e monitoramento de rede externa e rede interna Wi-Fi em escolas públicas, visando expandir ou adequar redes de transporte e acesso. No total, 1.722 escolas serão beneficiadas, com 1.400 delas sendo consideradas prioritárias, nos estados do Amapá, Pará, Acre, Amazonas, Bahia, Maranhão e Paraíba.
 - » O custo estimado para a assinatura de Internet é de R\$ 300 ao mês e o investimento na iniciativa será de **R\$ 75 milhões**, afirmou o Ministério das Comunicações (MCom). O serviço de banda larga de Internet oferecido será preferencialmente em fibra óptica, com velocidade média de 1 Mbps por estudante e 1 Mbps por profissional de educação, sem ultrapassar 1Gbps. Além disso, a rede Wi-Fi instalada deve possuir requisitos de segurança digital e proteção de dados adequada ao ambiente estudantil, com sistema de gestão integrado e monitoramento dos serviços e ativos. Este é mais um passo importante visando a conexão de escolas públicas e a integração de tecnologia no ambiente de ensino. Com informações de: [Teletime](#)
- **MEC discute educação digital e currículo.** Na terça-feira (2), o Ministério da Educação (MEC) promoveu o 2º encontro do ciclo de seminários Educação Digital: caminhos inclusivos para a transformação curricular na educação básica. Com o objetivo de discutir a integração da tecnologia no processo educacional, o evento contou com a participação de pesquisadores, especialistas e representantes de redes municipais e estaduais. A pauta da discussão girou em torno dos desafios curriculares e a integração da educação digital nos currículos, com cada painel sendo moderado por profissionais da área. A secretária de Educação Básica do MEC, **Kátia Schweickardt**, ressaltou a importância da parceria entre estados, municípios e o Distrito Federal para o sucesso das políticas voltadas para a educação básica, enfatizando o desafio de implementar a educação digital nos diferentes contextos regionais do país. Com informações de: [ASCOM MEC](#)

Mídias Sociais

- **Anatel participa de cerimônia de assinatura de novos acordos para fortalecer combate à desinformação.** O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Carlos Baigorri**, esteve presente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (Ciedde) e a Polícia Federal e a Advocacia-Geral da União (AGU) para combater a disseminação de notícias falsas nas redes sociais, visando prevenir a “lavagem cerebral do mal” nos eleitores. Na ocasião, o ministro do STF, **Alexandre de Moraes** anunciou a primeira

atuação do Ciedde na retirada do ar de um perfil falso que propagava desinformação sobre as urnas eletrônicas e as eleições, destacando a agilidade do centro de enfrentamento. O protocolo com as ações para agilizar a remoção de conteúdos inverídicos será divulgado em breve, e os 27 Tribunais Regionais Eleitorais estão envolvidos na medida. De acordo com Moraes, a iniciativa visa defender a liberdade do eleitor no momento de votar, impedindo que ele seja enganado ou que seu voto seja influenciado por 'deepfakes' e informações falsas.. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#) e [Valor Econômico](#)

- **STF nega recurso de Zambelli contra multa aplicada pelo TSE por desinformação.** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Edson Fachin**, rejeitou o recurso da deputada **Carla Zambelli** (PL/SP) contra a multa de R\$ 30 mil aplicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por disseminação de notícias falsas sobre as urnas eletrônicas durante as eleições de 2022. Zambelli havia divulgado um vídeo acusando o partido rival de Lula de fraudar as urnas eletrônicas, o que levou o TSE a ordenar a remoção do conteúdo das redes sociais. A defesa da parlamentar alegou que se tratava apenas de um "questionamento", mas Fachin argumentou que o TSE agiu de acordo com a Lei das Eleições e que o Supremo não tem o poder de reverter sua decisão. Com informações de: [Congresso em Foco](#)

- **MPDFT instaura inquérito civil público para derrubar contas de rede social dedicadas à comercialização de DEFs.** No âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público da União/Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Prodecon/MPDFT), foi instaurado Inquérito Civil Público (ICP), que terá por **objeto: investigar, identificar e responsabilizar** na seara cível as pessoas naturais e/ou pessoas jurídicas que mantêm contas na rede social Instagram dedicadas à comercialização de Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), além de atuar para "derrubar" as contas que atuam de forma ilegal, colocando em risco a saúde dos consumidores.

Economia & Tributário

- **Aprovada urgência de projeto que institui novo marco legal das *startups*.** O Plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta (3), requerimento de urgência ao PLP 252/2023 (*novo marco legal das startups*). Caso aprovado, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados.
 - » O projeto, proposto pelo senador **Carlos Portinho** (PL/RJ) e com parecer favorável do senador **Izalci Lucas** (PL/DF), altera o Marco Legal das *Startups* para criar o Contrato de Investimento Conversível em Capital Social (CICC). Com o **objetivo** de converter investimentos em participação societária, o modelo proposto busca trazer mais segurança jurídica e transparência tributária tanto para *startups* quanto para investidores. A proposta estabelece que os valores investidos não integrem o capital social da *startup* até serem convertidos em participação societária, evitando assim riscos operacionais para os investidores. O projeto será mais uma opção de investimento para as *startups*, que atualmente utilizam o mútuo conversível em participação societária como modelo principal. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Secretaria liderada por Bernard Appy finaliza textos com regras para reforma tributária.** A Comissão de Sistematização (COSIST) do Ministério da Fazenda (MF) encerrou os trabalhos

no projeto de reforma tributária do consumo, liderada por **Bernard Appy**, com envio ao Congresso Nacional previsto até 15 de abril, após passarem pelo aval das áreas jurídicas do governo, ministérios e Palácio do Planalto. Apesar disso, o calendário definido pelo presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP/AL), indica que o Congresso Nacional espera receber os projetos na mesma data. Há uma preocupação com a aprovação dos textos ainda no primeiro semestre, uma vez que o ano é eleitoral.

- » O alinhamento com os entes subnacionais foi destacado como uma diretriz importante no processo de regulamentação, mas setores empresariais e parlamentares, apesar de não terem participado ativamente, terão a oportunidade de debater os textos durante o trâmite legislativo. O MF planeja o envio de 2 projetos de lei complementares (PLP) ao Congresso Nacional, sendo um sobre tributos federais e estaduais e outro sobre o comitê gestor do IBS, além de 2 textos finalizados pelos Estados sobre outros temas. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Haddad deve encaminhar regulamentação da reforma tributária no dia 15 de abril.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) anunciou que a regulamentação da reforma tributária sobre consumo deve ser enviada até 15 de abril e entregue ao presidente **Lula** na próxima semana. Durante um evento do Bradesco, Haddad informou que a penúltima reunião para finalizar o texto da regulamentação aconteceu esta semana. O ministro destacou que a reforma será neutra, incluindo a da renda, e que caso a reforma sobre o Imposto de Renda gere uma arrecadação maior, haverá uma redução do imposto sobre o consumo, sem pretensão de aumentar a arrecadação total. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Frente parlamentar defende transição mais rápida para o novo sistema tributário.** A Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento do Desenvolvimento (FPSNF) apresentou sua agenda legislativa para 2024, destacando a regulamentação da reforma tributária e o aumento do financiamento para os setores produtivos como principais pontos de foco. O secretário-geral da frente, deputado **Vitor Lippi** (PSDB/SP), defendeu uma transição mais curta para a entrada em vigor dos novos impostos sobre o consumo, que atualmente está prevista para o prazo de 8 anos.
 - » Além disso, foram citados projetos de lei em análise na Câmara dos Deputados que visam aumentar a capacidade de financiamento do BNDES, direcionando **25%** do fundo do pré-sal para Ciência e Tecnologia, bem como a modificação da Lei do Bem para estabelecer incentivos fiscais para a inovação tecnológica. O ex-deputado **Celso Pansera** (RJ) destacou que os bancos públicos financiavam **57%** da produção em 2015, mas esse percentual caiu para **46%** em 2022, enquanto a presidente da frente, deputada **Luísa Canziani** (PSD/PR), ressaltou a importância da atualização do sistema tributário brasileiro para impulsionar a produção científica, inovação e a economia do país. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Setor de TICs quer política de longo prazo para crescer em participação no PIB.** O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) defende pauta para debater uma estratégia nacional focada em impulsionar a importância da tecnologia para a economia do país. A expectativa é de que, com essa estratégia, seja possível aumentar a participação do setor no PIB para **8%** em alguns anos, conforme afirmou o presidente da Brasscom, **Affonso Nina**. A associação apresentou dados sobre o crescimento e o gigantismo do setor, que movimentou **R\$ 707,7 bilhões** e empregou 2,05 milhões de trabalhadores com carteira assinada em 2023.

O segmento de Telecom foi o que menos cresceu, enquanto o de TI *in House* teve um aumento de **6,4%** e o de TIC registrou alta de **8,5%**. A Brasscom defende a continuidade da desoneração da folha de pagamentos para os setores empresariais de TICs e call centers para evitar a pejetização e estimular a contratação de profissionais com carteira assinada. Para os próximos anos, a associação estima que os investimentos em Transformação Digital no Brasil devem chegar a **R\$ 729,4 bilhões**, principalmente em nuvem, segurança da informação e inteligência artificial (IA), além de **R\$ 702,8 bilhões** para o setor de mobilidade, dados e banda larga. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

➤ **RFB dispõe sobre autorregularização incentivada de débitos tributários.** Por meio da [Instrução Normativa nº 2.184/2024](#), publicada nesta semana pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF), fica regulamentado dispositivo da [Lei nº 14.789/2023](#) (*crédito fiscal de subvenção para investimento*) que prevê a possibilidade de autorregularização dos referidos débitos, vencidos até o dia 29 de dezembro de 2023, apurados em decorrência de exclusões efetuadas em desacordo com o art. 30 da Lei nº 12.973/2014. Entre outros, autoriza que sejam liquidados, na forma da autorregularização, os seguintes **débitos**:

- » do IRPJ e da CSLL relativos aos períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 2022, cujas **exclusões** tenham sido efetuadas indevidamente na Escrituração Contábil Fiscal (ECF), original ou retificadora, transmitida até o dia 29 de dezembro de 2023, e aos períodos de apuração trimestrais referentes ao ano de 2023, cujas **exclusões** indevidamente efetuadas tenham reflexo nos débitos informados nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), originais ou retificadoras, apresentadas até o dia 29 de dezembro de 2023; e
- » de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) que tenham sido compensados indevidamente com créditos de saldos negativos de IRPJ ou CSLL ou com pagamentos indevidos ou a maior de IRPJ ou CSLL em razão de exclusão, mediante Pedidos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP) transmitidos até o dia 29 de dezembro de.

➤ **Gecex inclui antenas próprias para estações-base de telefonia celular dentre produtos com alíquota zerada do IPI.** O Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX) publicou, nesta segunda (1º), a [Resolução nº 581/2024](#), que inclui 11 produtos ao Anexo IV (Reduções tarifárias por razões de abastecimento) da [Resolução Gecex nº 272/2021](#), estabelecendo ainda alíquota de 0%, e prazos para início e término da vigência. Entre os produtos incluídos, destaca-se antenas próprias para estações-base de telefonia celular (NCM 8517.71.90). Determina, ainda, que a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SECEX/MDIC) editará norma complementar visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas nesta Resolução. Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2024.

➤ **CONFAZ extingue GT de Comércio Eletrônico.** A Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS), vinculada ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) decidiu, por meio do [Ato nº 39/2024](#), por **extinguir** o GT12 – Comércio Eletrônico, destinado debater, promover estudos e propor normas relacionadas às operações de compra não presenciais; desenvolver ferramentas de controle e simplificação de procedimentos.

Ambiental

- **Regimento Interno da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** A Secretaria-Geral da Presidência da República aprovou o regimento interno da CNODES, órgão colegiado de composição paritária e caráter consultivo instituído pelo Decreto nº 11.704/2023, integrante da estrutura do órgão, dispondo sobre finalidades e competências; estrutura organizacional e composição, entre outros. O **objetivo principal** é contribuir para a internalização da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030). O colegiado será responsável por propor estratégias, ações e políticas públicas que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como monitorar o progresso na sua implementação. Além disso, a CNODES irá elaborar relatórios anuais das ações governamentais relacionadas aos ODS e promover a articulação com órgãos públicos estaduais, distritais e municipais. Composta por representantes de diversos órgãos do governo, a comissão contará também com a participação da sociedade civil, com um total de 42 representantes.

Trabalhista

- **Qualificação Social e Profissional: MTE aprova diretrizes básicas e critérios para desenvolvimento e apresentação de projetos.** Foram publicadas pelo Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), nesta semana, duas Portarias que dispõem sobre qualificação social e profissional, a saber:
 - » a Portaria nº 402/2024 aprova as diretrizes básicas para o desenvolvimento de projetos, nos termos do disposto no art. 20 da Portaria MTE nº 3.222/2023, que instituiu o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional (PMQ) voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com sua formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho. Entre outros, determina que as iniciativas de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores serão realizadas por meio de termo de fomento com a sociedade civil, sendo que aquelas apresentadas sob o escopo: **(i)** do **PMQ** deverão observar o disposto pela Portaria MTE nº 3.222/2023 e nas resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) que dispõem sobre a qualificação social e profissional e o repasse de recursos para tal finalidade; e **(ii)** do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (**ProJovem**) deverão observar o disposto pela Lei nº 11.692/2008, nas resoluções do Conselho Gestor do ProJovem (**COGEP**) e nos atos complementares do secretário de Qualificação, Emprego e Renda;
 - » já a Portaria nº 443/2024 dispõe sobre os critérios para apresentação de projetos relacionados à qualificação social e profissional para fomento a iniciativas da sociedade civil nos termos do Marco Regulatório da Organizações da Sociedade Civil (**MROSC**). Entre outros, determina que o foco das ações de qualificação social e profissional deverá ser a vocação econômica do território, as ocupações demandadas pelo setor produtivo local e as formas alternativas de geração de renda, observados os setores econômicos compreendidos como **estratégicos** para o desenvolvimento socioeconômico do país, dentre os quais: **(I)** economia verde e azul; **(II)** economia digital e neindustrialização; e **(III)** economia da cultura e criativa. Os projetos selecionados, por meio de

Edital de Chamamento Público ou advindos de Emendas Parlamentares, serão aqueles que compreendam, entre outros, os **temas: (i)** raciocínio lógico-matemático; **(ii)** orientação profissional; e **(iii)** letramento digital.

- **Qualifica-PAC: Decreto altera composição de Comissão Interministerial.** O [Decreto nº 11.975/2024](#), publicado nesta terça (2), alterou a **composição** da Comissão Interministerial de Qualificação Profissional, Emprego e Inclusão Socioeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento (**Qualifica-PAC**), instituída por meio do [Decreto nº 11.631/2023](#), para **incluir** representação da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR).
- **Descontentamento faz governo reavaliar projeto sobre regulamentação de motoristas por aplicativo.** A regulamentação da categoria de motoristas por aplicativo no Brasil enfrenta resistência e desagrado dos profissionais de empresas como Uber e 99, o que levou o [Palácio do Planalto a repensar a proposta elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego \(MTE\)](#). Diante da baixa popularidade do governo, auxiliares do presidente **Lula** passaram a [defender a retirada do projeto de pauta](#), considerando a repercussão negativa. Atualmente, uma reunião entre os ministros **Alexandre Padilha** (Secretaria de Relações Institucionais) e **Luiz Marinho** (Trabalho e Emprego) e líderes da base aliada discute a viabilidade da tramitação da proposta no Congresso Nacional. Porém, nos bastidores, [interlocutores de Marinho negam a possibilidade de abandonar a discussão](#). Com informações de: [Valor Econômico](#)

Administração Pública

- **Nathália Lobo deixa o Ministério das Comunicações. Nathalia Souza Lobo**, que atuava como diretora do Departamento de Política Setorial do Ministério das Comunicações (MCom), anunciou sua saída da Secretaria de Telecomunicações (SETEL) e do ministério. Ela também deixou a presidência do Conselho Gestor do Fust. Sua exoneração está relacionada à [troca completa de equipe desde que a secretaria de telecomunicações passou a ser comandada por **Hermano Tércius**](#). A notícia da saída de Nathália Lobo aumentou a expectativa em relação ao anúncio do nome do novo diretor que ocupará o Departamento de Política Setorial, bem como o novo presidente do Conselho Gestor do Fust. Com informações de: ["tele time"](#)
- **Adequação à nova Lei de Licitações represou as compras públicas.** As mudanças na legislação de compras públicas, com a [transição da Lei nº 8.666/1993 para a nº 1433/2021](#), [geraram um impacto significativo no setor de tecnologia](#). Segundo o presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (AbepTic) e do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj), **Flávio Rodrigues**, a adaptação exigiu uma [grande capacitação e represou as compras públicas, criando um sistema inédito de compras no Rio de Janeiro](#). O prazo de 6 meses para implementar as mudanças foi considerado recorde, e embora tenha levado a um “freio de arrumação” nas compras públicas, a expectativa é que a [partir de junho o mercado seja movimentado, especialmente nas áreas de *datacenters*, nuvem e infraestrutura de TI](#). Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Governo adota IA generativa própria criada pelo Serpro.** O Serpro, empresa estatal de TI, anunciou o desenvolvimento de um sistema de grande modelo de linguagem (LLM) que permitirá aos clientes que têm dados armazenados em seus *datacenters* a utilizarem recursos de inteligência artificial generativa. De acordo com o gerente do Departamento de Inteligência Artificial da estatal, **Carlos Lima**, a novidade atende a demandas específicas, principalmente de órgãos de governo interessados em manter seus dados em território nacional. O sistema foi criado a partir do LLM Llama, da Meta, e oferece soluções na área de linguagem natural e IA generativa, como sistemas de recomendação, classificação de processos e agrupamento de processos. O Serpro já desenvolve projetos em IA há pelo menos 7 anos, com 200 projetos criados desde a criação da área específica de IA em 2017. Com a crescente tendência da IA generativa nos últimos tempos, a empresa tem observado um aumento na quantidade de projetos, uma vez que a inteligência artificial está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Telebras quer oferecer *datacenter* ao governo ao lado de Serpro e Dataprev.** A Telebras está expandindo suas operações para se tornar uma fornecedora de *datacenter* para os dados sensíveis do governo, em competição direta com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). De acordo com o presidente da estatal, **Frederico de Siqueira Filho**, a Telebras possui a infraestrutura e equipe técnica necessárias para atender a demanda do governo, incluindo 5 *datacenters* em todo o país, 2 dos quais em Brasília e São Paulo. Além disso, a empresa está em negociações com o Serpro e a Dataprev para atuar em parceria, visando a integração de serviços de *edge computing*. O objetivo da Telebras vai além do fornecimento de *datacenter*, pretendendo-se tornar o principal provedor de infraestrutura de telecomunicações para a administração pública federal, com 30 mil quilômetros de fibra óptica em todo o Brasil e um satélite geoestacionário com mais de 20 mil pontos conectados. A empresa espera contribuir significativamente para a inclusão digital do governo, com foco especial no Norte e Nordeste do país. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa projeto que altera representação de microempresários no conselho deliberativo do Sebrae.** O deputado **Luiz Gastão** (PSD/CE) apresentou, nesta terça (2), parecer pela rejeição ao PLP 52/2022 (*altera representação de microempresários no conselho deliberativo do Sebrae*) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). Nesse sentido, a matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa comissão. Após análise da CDE, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), bem como pelo Plenário e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.

Política

- **Pacheco define prioridades do Senado para abril.** Presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG) definiu a lista com prioridades para o Palácio do Planalto em votações ainda neste mês. Pacheco escolheu 5 itens para avançar na agenda partidária do governo, incluindo o debate sobre a regulamentação do mercado de carbono ([PL 2148/2015](#)) e da

inteligência artificial (IA) no país (PL 2338/2023). No entanto, algumas matérias estão encontrando resistência e podem ter uma tramitação mais lenta. Por exemplo, o projeto de lei que regula a regulamentação da IA no Brasil, cujo relator **Eduardo Gomes** (PL/GO) não tem pressa e só deve apresentar seu parecer no final do mês, pode atrasar sua deliberação no plenário. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Consultas & Compras Públicas

- **TCU lança licitação especial para contratação pública de solução inovadora.** Nesta segunda (1º), o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou o lançamento do [Edital nº 1/2024](#) de licitação especial com o objetivo de contratar pessoa física e jurídica para prestação de serviços de desenvolvimento e qualificação tecnológica voltados para comprovar a aplicação de solução inovadora para resolução de desafio. As soluções inovadoras esperadas devem identificar possíveis irregularidades durante a execução das obras, sem a necessidade de deslocamento de auditores até o local, otimizando tempo e recursos públicos. As propostas deverão ser encaminhadas até 2 de maio de 2024, por meio de [formulário específico](#). Com informações de: [ASCOM TCU](#)
- **TRF1 abre consulta pública para contratação de *robotic process automate* no modelo SaaS.** No âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), encontra-se em andamento consulta pública, entre os dias 5 e 19 de abril, visando a contratação de RPA (*robotic process automate*), no modelo de software como serviço (SaaS). Os Anexos contendo as Especificações Técnicas e dados do objeto desta consulta estão disponíveis aos interessados no [portal](#) do TRF1. Críticas, contribuições ou sugestões deverão ser encaminhadas para o e-mail dilit@trf1.jus.br.

Nomeações

- **Alterada composição do Conselho Diretor do FNDCT.** Por meio da [Portaria nº 8.044/2024](#), publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), fica alterada a composição do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD-FNDCT) no que diz respeito às representações do Ministério da Educação (**MEC**), do Ministério da Defesa (**MD**), da **comunidade científica e tecnológica** e do **setor empresarial**.
- **Lula encaminha para Senado pedido de recondução de Alexandre de Souza para superintendente do CADE.** O presidente Lula (PT) oficializou o pedido de recondução de Alexandre Barreto de Souza para a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com mandato previsto para mais 2 anos, caso seja aprovado pelo Senado Federal. A indicação marca o gesto do governo em relação ao ministro **Bruno Dantas**, que apoia Barreto. Além disso, o governo [indicou André Luís Macagnan Freire](#) para o cargo de procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE, com aprovação também sujeita ao Senado. O mandato atual de Barreto termina em abril, enquanto Juliana Oliveira Domingues será substituída por Macagnan. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **MS nomeia coordenador-geral de Projetos de Informação e Saúde Digital.** No âmbito da Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (SEIDIGI/MS), **Joaquim Roberto da Silva Paiva Fernandes** foi [nomeado](#) para exercer o cargo de coordenador-geral de Projetos de Informação e Saúde Digital.
- **Dispensado coordenador de Desenvolvimento e Arquitetura de Soluções.** Esta semana, **Cleiton Dias** foi [dispensado](#) da função de coordenador de Desenvolvimento e Arquitetura de Soluções da Coordenação-Geral de Soluções Digitais, no âmbito da da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego (SE/MTE).